

Memórias e Resistências: uma experiência de reparação psicossocial da violência de Estado nas periferias¹

Beatriz Besen de Oliveira (Mestranda do Instituto de Psicologia- USP)

“Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.” (Galeano, 1976: 24)

“A sua memória agora é minha memória.” (Fala dos jovens pesquisadores do projeto Memórias e Resistências para Rita Sipahi)*

As memórias e as feridas abertas da América Latina

A fala acima se trata de um grande marco do projeto Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada. Desde 2016, a Clínica do Testemunho nas Margens em parceria com o Centro Educacional Unificado Heliópolis Profa. Arlete Persoli (CEU)², a União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e o Instituto de Psicologia da USP vem desenvolvendo tal projeto junto a um grupo de 10 jovens moradores da comunidade de Heliópolis. Esse grupo pesquisa os marcos da ditadura na quebrada, as memórias da constituição da comunidade e as possibilidades de transmissão de tais memórias para os moradores e, em especial, para a juventude. A partir de debates, cineclubes, oficinas e entrevistas, a proposta traçada foi que esses jovens se apropriassem e criassem ferramentas para pensar e discutir experiências de desrespeito e violação de direitos no território, tornando-se protagonistas no enfrentamento à violência e atuando como agentes de transformação local.

Considerando que o esquecimento do passado é também resultado de uma política de

¹ V ENADIR, GT 09: Antropologia do Estado

*Rita Sipahi é ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Atualmente é advogada de presos políticos e conselheira da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Rita foi presa em 1971 e passou 11 meses no Presídio Tiradentes, onde conheceu seu marido, o também militante Alípio Freire. Lá, esteve presa na “torre das donzelas”, junto com Dilma Rousseff.

² Os CEUS são equipamentos da Secretaria Municipal de Educação, foram criados em 2002 e distribuídos pelas periferias da cidade, de acordo com as áreas de maior vulnerabilidade social. O CEU tem como função promover a articulação comunitária de uma região, inclui espaços de educação, cultura e esporte, e trabalha transversalmente nessas três áreas. O CEU Heliópolis Profa. Arlete Persoli foi inaugurado em 2015 e é resultado da luta e articulação da comunidade de Heliópolis, representada pela União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS).

silenciamento que dificulta o compartilhamento e registro das memórias, um dos aspectos centrais desse projeto era justamente a transmissibilidade e o compartilhamento intra e intergeracional das memórias. Todos os grupos envolvidos no desenvolvimento do trabalho tinham em comum a aposta de que o reconhecimento das histórias de luta e resistência de um indivíduo ou de um grupo poderia promover uma reparação, tanto a nível psíquico quanto social, das experiências de desrespeito e violência enfrentadas. Ou seja, de que a movimentação da memória coletiva é um grande instrumento para promover a dignidade humana e buscar uma sociedade mais justa, evitando a manutenção de um sistema que se prova diariamente desigual e excludente.

Galeano em seu livro *Veias Abertas da América Latina* percorre toda a história da América Latina desde os tempos coloniais e nos diz:

“Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços? A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho e, ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. De certo modo, a direita tem razão quando se identifica com a tranquilidade e a ordem; é a ordem, de fato, da cotidiana humilhação das maiorias, mas ordem em última análise; a tranquilidade que a injustiça continue sendo injusta e a fome faminta.” (Galeano, 1976: 24)

Há muitos anos podemos identificar grupos e indivíduos que se recusaram a cruzar os braços e lutaram pela transformação social. Lutaram pelo reconhecimento de sua identidade, de sua história. Lutaram pela liberdade, pela democracia, pelos direitos humanos, etc. Infelizmente, a história desses indivíduos e grupos muitas vezes não figura nos livros de História, e não se torna currículo dentro da escola. Segundo o diagnóstico de Benjamin e de outros autores, a tradição oral, que garantia que muitas dessas histórias fossem repassadas dentro dos grupos, também se encontra intencionalmente prejudicada. Benjamin escreve em defesa da narração, que contém em si a valorização da experiência e da memória, pois em sua essência é justamente o compartilhamento de experiências através das memórias. (Benjamin, 1994). Nesse sentido, Galeano faz um movimento interessantíssimo de tecer fios de conexão entre o passado colonial e o presente de diversos locais da América Latina. Conta-nos a história de Potosí, na Bolívia, região que durante o ciclo da prata viveu o auge; para poucos, é claro; da riqueza, fornecendo a maior parte dos recursos que possibilitaram o desenvolvimento industrial da Inglaterra. Ele nos transmite a narrativa de uma senhora potosina:

“Em nossos dias, Potosí é uma pobre cidade da pobre Bolívia: “A cidade que mais deu ao mundo e a que menos tem”, como me disse uma velha senhora potosina, envolta num quilométrico xale de lã de alpaca, quando conversamos à frente do pátio andaluz de sua casa de

dois séculos. Esta cidade condenada à nostalgia, atormentada pela miséria e pelo frio, é ainda uma ferida aberta do sistema colonial na América: uma acusação ainda viva. “ (Galeano 1976: 51 e 52)

Quantas outras acusações ainda vivas temos na América Latina? Considero essa imagem extremamente precisa para pensarmos em tantos cenários e realidades brasileiras: são feridas abertas e escancaradas, frutos de uma longa história de exploração desse território. Em tempos de grandes retrocessos em termos de direitos sociais e de ascensão de regimes autoritários e conservadores, parece que essas feridas, que já estavam evidentes, são repetidamente cutucadas e passam a sangrar ainda mais. Vejo por aí uma sangria desatada, e me pergunto diariamente: como contê-la? Como nos organizarmos para que a história não se repita?

No caso do Brasil, o sangue que escorre continuamente dessas feridas é o sangue de jovens: em sua maioria homens, negros e periféricos. Segundo o “Mapa da Juventude Paulistana”³: “A composição da mortalidade segundo o grupo de causas de óbitos na população jovem de 15 a 29 anos exibe uma forte concentração de mortes relacionadas às causas externas. ”, ou seja, os jovens das periferias não estão morrendo em virtude de doenças, mas vítimas de ações violentas. Esse mapa revela ainda índices muito expressivos de óbitos pelo que chamam de “morte por homicídios e causas legais”, que diz respeito a todas as ações policiais e militares. A pesquisa da GEVAC-UFSCAR (Sinhoretto et al, 2014) é ainda mais direta, evidenciando que quem está morrendo são os jovens, homens, negros, periféricos, ou seja, que há também uma desigualdade racial quando falamos em termos de letalidade policial.

“São secretas as matanças da miséria na América Latina: em cada ano explodem, silenciosamente, sem qualquer estrépito, três bombas de Hiroxima sobre estes povos, que têm o costume de sofrer com os dentes cerrados. E a violência sistemática e real continua aumentando: seus crimes não se difundem na imprensa marrom, mas sim nas estatísticas da FAO.” (Galeano, 1976: 21)

Cada vez que o sangue é derramado, marcas são deixadas; marcas nas famílias, nas comunidades; marcas da injustiça. Injustiça porque tal violência, muitas vezes, mostra-se socialmente legitimada, naturalizada e negam-se os direitos: à vida, à indignação e à memória. E dessas vidas latino-americanas que sangraram para garantir riquezas e hegemonia às classes dominantes, poucas delas são registradas ou lembradas. A ordem vigente é a do esquecimento e do silenciamento. E complementando essa ordem, temos uma ideologia

³* O “Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo”, foi realizado pelo Cedec- Unicamp por solicitação da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). A pesquisa foi coordenada por Aylane Bousquat Amélia Cohn, Eunice Nakamura, Gabriel Coutinho Barbosa e José Ronaldo Trindade.

disseminada pela indústria cultural que justifica a retirada dessas vidas, através da legitimação do ódio e da violência como resposta às marcas da desigualdade. A grande mídia ou imprensa marrom, como escreve Galeano, funciona comandada e em favor das classes dominantes e é ela o meio mais poderoso de disseminação dos discursos do ódio de classes e do racismo.

O projeto “Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada” buscou trabalhar justamente com aqueles que são as maiores vítimas da violência de Estado, esses jovens das periferias. Jovens que ocuparam tanto o lugar de narradores como de testemunhas das diversas histórias de luta e resistência à violência de Estado no presente e no passado, nos centros da cidade e principalmente na sua própria comunidade. Eles trabalharam como pesquisadores ativos, que buscavam e registravam essas histórias, mas que nesse processo também entravam em contato com suas próprias narrativas, tecendo um fio de conexão que os tirava dos lugares antigos e movimentava até novas posições.

Eram testemunhas como as que Jeanne Marie Gagnebin descreve,

“[...] aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.” (Gagnebin, 2006: 57)

Afinal, a movimentação da memória tem como fim a transformação do presente, a reparação de feridas, a formação e consolidação de resistência e finalmente, a possibilidade de produção de uma nova sociedade. Quando os jovens podem olhar para Rita Sipahi e declarar que aquela agora também é uma memória deles, a transformação está dada: aquilo que poderia ser um sofrimento e uma experiência individual de violência torna-se pública, torna-se do coletivo. E é justamente no coletivo que temos as maiores e mais grandiosas possibilidades de estancar essas feridas, não descartando suas marcas, mas acolhendo-as e transformando-as em inspiração para novas lutas.

Os teóricos que ousaram

Todo esse trabalho junto aos jovens só pôde ser concebido por conta de um longo percurso de intelectuais que também tiveram a coragem e a ousadia de analisar criticamente a história e defender a possibilidade de emancipação do homem. A hipótese e a metodologia de trabalho do projeto foram construídas, principalmente, a partir das teorizações de Axel Honneth sobre a luta pelo reconhecimento, de Ecléa Bosi e Benjamin sobre memória coletiva

e de Paulo Freire sobre a Educação Popular. A proposta do projeto teve uma ideia norteadora: a movimentação da memória individual e coletiva pode gerar reconhecimento recíproco entre os envolvidos e uma genuína experiência comunitária. Buscávamos atingir principalmente os próprios jovens bolsistas do projeto, e, através deles, os demais moradores. Essa metodologia se embasa na concepção do ato da narração como experiência de reconhecimento intersubjetivo. Busca reforçar a ideia da comunidade como espaço de resistência e solidariedade e como espaço de passagem da singularidade à universalidade ética humana. (Lane, 2003).

A genuína experiência comunitária está ligada justamente ao implicar-se com interesse em relação ao outro e a uma saída da posição de observador passivo do entorno social e de sua vida interior. A nova posição buscada entre os jovens era de um pesquisador ativista, aquele que é capaz de questionar aquilo que lhe é apresentado com caráter de verdadeiro e natural, e que, entendendo seu lugar na comunidade e nessa sociedade, se organiza e mobiliza em busca de mudanças. Isso envolve, portanto, uma participação e engajamento com o seu próprio destino e de seus próximos, não deixando de lado a importância dos resultados objetivos de tal organização, na forma das reivindicações que são atendidas, seja pelo poder público, seja pela ação dos próprios grupos da comunidade.

Diversos teóricos se preocuparam com a transmissão da memória entre gerações, afirmando que o esquecimento fornecia as condições necessárias para a alienação e opressão. Como pudemos ver através de alguns trechos de “Veias Abertas da América Latina”, a história dos países colonizados é marcada por violência, extermínio e exploração. Mas, a partir do desenvolvimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos* e a redação e aprovação de diversas constituições democráticas em todos esses países, já podemos falar diretamente sobre violações dos direitos humanos. Sem dúvida, o desconhecimento dessa história garante que tais violações sejam consideradas questões subjetivas, e não como parte de uma política de Estado. As feridas e marcas do passado atingem os indivíduos coletivamente e individualmente, mas é necessário ter sempre em vista que as forças que operam para legitimar essas violências são fruto de um sistema que em sua origem já valorava as vidas de maneiras diferentes. O medo do conhecimento e da divulgação dessa história é justamente que a ida ao passado revele a origem dessas forças, e ameace o sistema social em vigor, escancarando que a opressão advém de condições objetivas e não subjetivas. Adorno é mais

*A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Diante das barbáries da Segunda Guerra Mundial, diversos dirigentes se reuniram para redigir esse documento que deveria orientar também como seria possível uma intervenção internacional para evitar guerras e violações como as ocorridas.

incisivo e aponta que se trata de uma estratégia ideológica:

“[...] a ideologia dominante hoje em dia define que, quanto mais as pessoas estiverem submetidas a contextos objetivos em relação aos quais são impotentes, ou acreditam ser impotentes, tanto mais elas tornarão subjetiva esta impotência. Conforme o ditado que tudo depende das condições objetivas, de tal modo que as condições existentes permanecem intocadas [...]” (Adorno, 2000: 36)

Se consideramos as condições como intocáveis e fixas; o que de fato parecem em uma dimensão presente e descontextualizada; logo as razões para as violações se tornam subjetivas e individuais. Isso reforça discursos que desarticulam lutas comunitárias. Transmite-se a ideia de que as condições para mudança estão apenas no próprio indivíduo e em relação a sua própria vida. Já sabemos que as lutas identitárias, por exemplo, engendradas por coletivos organizados, chegaram a diversas conquistas em termos de políticas sociais. Na luta por reconhecimento coletivo se alcançam as mudanças mais significativas em termos de justiça social.

Adorno já observava as condições e os discursos ideológicos que permitiam a manutenção da sociedade capitalista na primeira metade do século vinte. Ele faz parte de uma tradição de pensadores que deslocaram o lugar da ciência e da teoria, questionando seu caráter de verdade objetiva. A ciência empírica tomava muitas coisas do mundo apenas para explicá-las em termos de condições fixas, usando uma lógica de causalidade atemporal. A Teoria Crítica da Sociedade nos permite realizar uma análise crítica do momento histórico que vivemos e entender todas as mediações existentes entre os diversos sujeitos envolvidos, o Estado e a própria posição e função da pesquisa social no contexto presente.

Axel Honneth, atual diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, segue a tradição da “teoria crítica da sociedade” e retorna às obras de autores como Adorno, Horkheimer e Habermas, apontando que haveria um déficit sociológico em suas análises. Para o autor, a atualização da teoria e superação dessa questão se daria colocando no centro da vida social uma luta por reconhecimento, a qual seria o motor das mudanças sociais. Ele acredita que na teoria dos autores apresentam-se dois polos desintegrados, de um lado a própria estrutura econômica determinante e de outro a socialização dos indivíduos.

Honneth (2009) retoma as noções de direito de Hegel, a teoria da “relação de objeto” de Winnicott, a ética comunicativa de Habermas e a psicologia social de Mead para afirmar que os indivíduos e os grupos sociais formam sua identidade e se organizam a partir de um reconhecimento intersubjetivo. Para ele a base da interação é o conflito e sua gramática, a luta por reconhecimento. O conflito seria estruturante da intersubjetividade, e seria justamente ele

que originaria as forças políticas e sociais que provocam as transformações do sistema. Mas, quando falamos de luta social em Honneth não estamos nos referindo a uma luta voltada à autoconservação, a luta tem origem em experiências de desrespeito e ataque a alguma das esferas do reconhecimento. Assim, há um caráter normativo em toda luta social, uma expectativa moral que impulsiona o desenvolvimento social.

O homem inserido numa vivência comunitária é aquele que é capaz de implicar-se com interesse em relação ao outro, é aquele homem que não é meramente observador passivo de seu entorno social e nem mesmo de sua vida interior. E, principalmente, é um homem voltado à “participação”. Para Honneth (2007), haveria uma concepção de reificação dentro do próprio texto de Lukács que estaria relacionado a uma atitude de indiferença, ou falta de engajamento existencial. Enquanto a práxis seria o grande movimento do homem na sociedade, a criação dessa relação coisificada seria consequente de um esquecimento da situação originária de reconhecimento, aquela que torna o indivíduo capaz de inserir-se no mundo social. A práxis verdadeira é sinônima de envolvimento, participação e engajamento preocupado, é enfrentamento da mercantilização. Honneth, portanto, traz a ideia de reificação também para o plano da intersubjetividade e, se não há história do indivíduo e do grupo, ou se há esquecimento dessa história, a práxis verdadeira não ocorre. Portanto, a práxis verdadeira ocorre em uma genuína experiência comunitária, na qual haja possibilidade de encontro, de compartilhamento de histórias, de troca de sentidos e de valores. Considerando isso, a organização da memória coletiva e o acesso a ela seriam capazes de produzir resistência e participação e, conseqüentemente, gerar uma demanda pela garantia de direitos. “A memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória *geradora* do futuro. [...] O horizonte para o qual tende a memória narrativa é a transição da nostalgia para um “horizonte de espera”, na feliz expressão de Paul Ricoeur.” (Bosi, 2004: 66 e 67, grifos da autora)

Os jovens que ousaram: o projeto “Memórias e Resistências: a ditadura na quebrada”

Desde abril de 2015, quando iniciei meu trabalho como coordenadora de projetos no Centro Educacional Unificado (CEU) Heliópolis “Profª. Arlete Persoli” percebi que ali ocorria uma experiência de organização comunitária muito peculiar. Desde os anos 70, essa comunidade iniciou uma luta pela garantia de moradia, luta essa que foi se ampliando com os anos para uma luta pela transformação de Heliópolis e Região em um Bairro Educador. Com essa sistemática organização, centralizada na figura da União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e de sua parceria com a Escola Municipal de

Ensino Fundamental (EMEF) Presidente Campos Salles, muitas foram as conquistas na forma de garantia de direitos e, conseqüentemente, na alteração da qualidade de vida dos moradores de Heliópolis. Isso resultou em uma diminuição significativa das taxas de violência na região, mas não representa uma ausência da violência de Estado nem no presente, nem no passado.

Tendo em vista que as lideranças comunitárias e o próprio movimento da Juventude de Heliópolis nos comunicam sobre a preocupação em relação ao esquecimento e ao desconhecimento da história da comunidade, principalmente por parte dos jovens, pensamos que esse pode ser um fator determinante no processo de desenraizamento⁴. Esse diagnóstico também faz muito sentido se pensado a partir de Walter Benjamin (1994) em relação à perda da capacidade de narrar na sociedade moderna, e também das dificuldades em apreender uma narração, evidenciada por Ecléa Bosi:

“Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a cotidianidade. É muito belo escutar esse rememorar meditativo da testemunha. *E nós então compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente e ela se torna para nós uma verdadeira matriz de projetos.*” (Entrevista com Ecléa Bosi, *Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano*, por Bruck, 2013: 197, grifo da autora)

Entendendo dessa maneira, podemos então tratar o resgate da memória coletiva de uma comunidade e a criação de marcos da memória como uma matriz de projetos. Assim, atividades ou projetos que foquem a narração coletiva, o compartilhamento de memórias dos indivíduos e do território e a criação de marcas no espaço podem promover uma nova práxis. A memória compartilhada é composta também da memória individual e todos, dentro de uma linha do tempo, fazem parte da história de uma comunidade, mesmo que apenas habitando o espaço. No entanto, se inserir nessa linha implica também em uma evocação de todos os acontecimentos e lutas que permitiram que aquela linha se mantivesse até o ponto em que o indivíduo se insere. "O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes" (Benjamin, 1994: 201).

⁴Conceito que surge na obra de Simone Weil e é retomado por diversos autores, inclusive Ecléa Bosi e José Moura Gonçalves. Como antagonista do processo de enraizamento, Simone desenvolve o conceito de desenraizamento a partir de sua experiência operária na década de 30. Moura (1998) afirma que o desenraizamento comporta um impedimento político: prejudica a reunião entre homens, a comunicação com o passado, desfaz os laços de comunicabilidade entre as pessoas, fazendo prevalecer o isolamento.

Ou seja, a memória coletiva é viva e, através dos testemunhos próprios ou de seus pares, as pessoas se implicam e se envolvem, entrando em questões que muitas vezes são de difícil acesso.

Ao considerar o fato de que a violência de Estado, sob a forma da violência policial, segue cotidianamente afetando os jovens e famílias das periferias, e que muitas vezes essa violência acaba sendo naturalizada ou legitimada, qual seria o impacto de um projeto que envolvesse justamente esses jovens e que tivesse como pressupostos teóricos os levantados acima? Ou seja, qual seria o impacto de um projeto que trabalhasse a partir da educação em direitos humanos, tendo como eixo centralizador a memória? Esse projeto produziria uma mudança de olhares, uma maior autoestima e, conseqüentemente, uma organização da demanda por direitos humanos?

A metodologia do projeto e da pesquisa

Para responder às questões levantadas acima, buscamos desenvolver esse projeto dentro da comunidade de Heliópolis, que já tradicionalmente trabalha a partir da perspectiva da Educação Popular. A educação crítica e emancipadora que Paulo Freire propõe diz respeito a uma educação politicamente comprometida, que prepare os educandos para uma leitura de mundo, para a consciência da luta de classes e para a transformação da realidade. No entanto, essa “conscientização” não parte de um conhecimento externo, parte da crença que na comunidade existe história, memória, cultura e é a partir delas que o processo educativo se desenvolve. O que ele chamou de concepção bancária da educação, pode ser vista quando a academia acredita poder levar para as periferias algo que lhes falta, quase que num sentido de “iluminação com um saber” que vai ser depositado naquela comunidade. Por essa razão, buscamos estabelecer com os jovens e com a comunidade outro tipo de relação, que envolve um processo de aumento e troca de repertórios para todos os envolvidos. Mediados pelo mundo, pelo chão onde pisamos, pela realidade compartilhada e também não compartilhada, o processo educativo partiu dos saberes locais e das histórias e memórias da comunidade.

Um projeto geral foi submetido pelo coletivo “Margens Clínicas”, contemplado e viabilizado por meio do recurso de um edital do Governo Federal a partir da Comissão de Anistia. A peculiaridade desse projeto foi a inclusão dessa ação junto aos jovens buscando a reparação psicossocial (que vai além do desenvolvimento de dispositivos clínicos) também da violência no presente. Passaram pelo projeto 10 jovens de 14 a 19 anos que receberam uma bolsa durante o período de setembro de 2016 a março de 2017. Porém, as atividades tiveram

início em agosto de 2016 e seguem até o presente. Elas foram organizadas através de um planejamento semanal feito inicialmente pelos coordenadores e depois construído conjuntamente com os jovens. Em cada semana contamos com uma reunião de 3 a 4 horas entre os coordenadores e os jovens e foram estipuladas outras 6 horas para desenvolvimento de atividades extras, entrevistas, leituras, estudos, etc. A metodologia também teve como inspiração um projeto já realizado pelo Instituto de Psicologia na região do Vale do Ribeira do qual participei. Neste, os jovens estudantes das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza (ETECs) atuaram como pesquisadores em seu território através de diversos temas, com a coordenação de professores e alunos da Universidade. Mas, dispondo de mais tempo junto com os jovens, pudemos desenvolver todos esses temas através de oficinas, filmes, textos e rodas de conversa. Todas as atividades ocorreram no CEU Heliópolis e foram coordenadas pelos psicólogos da Clínica do Testemunho nas Margens Pedro Lagatta e Gabriela Serfaty, pelo professor Luís Galeão (PST-IPUSP) e por mim, que atuo como coordenadora de projetos no Núcleo de Educação do CEU.

Este projeto segue uma perspectiva de pesquisa-ação ou pesquisa-participante, pois foca-se no compartilhamento de princípios para construção de conhecimentos. É uma metodologia coletiva e participativa, que busca o fortalecimento comunitário. A razão da escolha dessa modalidade de pesquisa foi minha implicação na construção dos pressupostos e da metodologia do projeto “Memórias e Resistências”, além de meu envolvimento com o território e com os participantes do projeto. Esse tipo de pesquisa está comprometido com uma maior articulação entre teoria e prática para produção de conhecimento e solução de problemas. Assim, foram feitos e seguem sendo feitos registros dos encontros. Durante esse tempo buscou-se promover e consolidar espaços de fala, escuta, acolhimento e compartilhamento das lutas por reconhecimento dentro de um espaço público.

As reuniões e as atividades

Iniciamos o trabalho com os jovens conhecendo um pouco da história de cada um e apresentando a proposta do projeto. Já nesse momento, pudemos notar que a maioria deles era migrante ou advinha de uma família de migrantes nordestinos, o que vai de encontro com o perfil da comunidade de Heliópolis. O primeiro tema de pesquisa dos jovens foi justamente a história do espaço que sediou o projeto: o CEU. Divididos em grupos que buscaram diferentes fontes, eles se reuniram e registraram o que encontraram sobre essa história. Após essas primeiras apresentações sobre o projeto e uma primeira experiência de pesquisa sobre a história do CEU, começamos a apresentar algumas concepções sobre direitos humanos e sua

importância para as lutas sociais.

A concepção de direitos fundamentais, inalienáveis, que todos detêm sem exceção, surge justamente nas lutas contra o arbítrio de Estado, que nada mais é que a instrumentalização da opressão e dominação das classes populares por classes dominantes. Essa dominação apresenta diferentes formas, em diferentes lugares e em diferentes tempos históricos. O projeto buscava exatamente o deslocamento, tanto físico, quanto simbólico, da discussão sobre memória e reparação: pensar tais questões em locais fora do centro (físico e simbólico) da cidade, nos territórios que ainda experimentam com frequência diversas formas de violência de Estado.

O contexto da ditadura civil-militar foi apresentado e discutido com os jovens, que puderam se apropriar do tema. A maior parte deles declarou que ser a primeira vez que ouviam falar sobre o assunto. Junto a essa apropriação, pode-se perceber um certo sentimento de indignação e necessidade de denúncia. Debates sobre as violações perpetradas – tortura, execuções, prisões arbitrárias – e as marcas deixadas em pessoas e em toda uma sociedade. Refletimos como mesmo as lutas por verdade, memória, justiça e reparação contém, em si mesmas, sinais da desigualdade que estrutura nossa sociedade. Foi há pouquíssimo tempo atrás que o Estado criou políticas para que se debatesse o caráter total desse regime ditatorial. Se falamos, como muito, sobre as violações a militantes da luta armada – em geral, membros das classes médias e altas, universitárias, com amplo acesso aos bens sociais, inclusive a possibilidade de ter voz sobre as opressões que sofreram – quase nunca atentamos para como essa forma de governo atingiu as classes populares – os trabalhadores, os pobres, os moradores das periferias. Esses também eram mortos, presos, discriminados e oprimidos, sem que, contudo, isso seja plenamente reconhecido como problemático. Colocar no centro do debate essas violações mostra-se uma ação paulatina e lenta, sendo esse projeto uma das ferramentas testadas para tal fim.

Os jovens puderam debater essas questões e as articular com suas experiências atuais: seus contatos humilhantes com a polícia; o racismo que sofrem; a opressão que as mulheres experimentam (o grupo tem uma divisão paritária entre homens e mulheres); os preconceitos que enfrentam quando enunciam que moram em Heliópolis.

Entre os temas centrais de nossas reuniões podemos apontar a História do CEU Heliópolis, Debates sobre Ditadura e Periferia, Racismo e Violência de Estado, Oficina sobre Racismo, Produção de Cartazes sobre Ditadura Militar no Brasil, VI Seminário da Educação- mesa e oficina “Memórias e Resistências: os golpes e a luta por democracia”,

Oficina sobre gênero, sexo seguro e direitos reprodutivos, cine-debate a partir do filme “Trago Comigo”, Oficina sobre Entrevista, Produção de um roteiro de entrevista, visita e entrevista com Rita e Camila Sipahi, debate sobre Tortura e Resistência, debate sobre Esquerda e Direita, cine-debate com o filme “O dia que durou 21 anos”, Conversa pública, 6 entrevistas com lideranças comunitárias da UNAS e moradores antigos da comunidade, debate sobre violência de Estado no presente, Debate sobre opressão e desigualdade, debate sobre Juventude em Heliópolis, participação no Fala Jovem- Fórum da Juventude de Heliópolis e Região, oficina Retalhos da Memória, atividades de Cartografia das Memórias.

Dois momentos do projeto que merecem destaque são o cine-debate e a conversa pública. Foram momentos marcantes, pois neles o projeto atingiu uma parte de seus objetivos e algumas hipóteses se viram confirmadas. A conversa pública foi o principal deles. O objetivo central de ambos os encontros era que os jovens apresentassem os materiais que já haviam coletado e compartilhassem suas experiências no projeto com a comunidade. Eles conduziram as atividades, que envolveram cerca de 70 pessoas, entre elas lideranças comunitárias de Heliópolis, jovens da comunidade, pesquisadores, moradores e anistiados. Ali diferentes tempos e lugares das memórias se encontraram. Em diversas falas dos jovens e das lideranças comunitárias foi possível perceber a luta por reconhecimento como um motor de transformação social. A grande demanda apresentada era pelo reconhecimento e legitimação de suas histórias, lutas e identidades pelos seus pares. Só através de uma experiência de solidariedade, seja em um grupo de trabalho, em uma roda de conversa ou mesmo em uma comunidade inteira, que se organizam de fato as lutas sociais e a busca ativa pela garantia de direitos.

As bases que se movimentam

Conclusões parciais

O projeto segue acontecendo e os jovens continuam se reunindo para uma atividade de Cartografia das Memórias. Tal atividade tem como foco o compartilhamento e a elaboração das experiências do projeto, pensando principalmente no impacto do contato direto com relatos de violência na vida de cada um deles.

Desde o início tínhamos como objetivo manter o projeto para além do tempo do financiamento. Ainda existem algumas atividades planejadas, tais como a formulação e apresentação de um programa na Rádio Comunitária de Heliópolis e um curso no laboratório

de fabricação digital do CEU (FABLAB) para produção de alguns marcos da memória. Isso deve acontecer durante os meses de julho e agosto. Buscaremos também outras formas de financiamento para viabilizar a construção de um museu ampliado, contendo todas as memórias já coletadas em um projeto de 2012: “Memórias de Heliópolis: raízes e contemporaneidade”, conjuntamente com o que foi coletado nesse ano de trabalho pelos jovens.

Tivemos diversos objetivos dentro do projeto, alguns mais relacionados à formação e transformação dos próprios jovens bolsistas, outros ao registro da memória deslocada do centro da cidade (centro econômico e geográfico). Dada à metodologia do trabalho, tanto em termos de uma pesquisa-ação, quanto da Educação Popular, seria impossível não falar sobre como esse processo me afetou em diversos níveis. Foi um processo intenso de aprendizado e transformação, que envolveu até o campo dos sonhos. Houve noites em que me senti preocupada e angustiada com os caminhos e escolhas dos jovens; que pareciam não coincidir com aqueles que esperávamos; combinadas a noites de extrema alegria e esperança nas possibilidades que esse projeto revela em termos de transmissão da memória e produção de resistência.

Fomos muito ambiciosos em nossos planejamentos iniciais; foi essencial nos darmos conta que existia um outro tempo do trabalho e que teríamos que abrir mão de algumas das metas. Percebemos que talvez saíssemos com menos produtos concretos, mas que o verdadeiro trabalho acontecia em cada uma das nossas reuniões e atividades junto aos jovens. Observamos jovens que inicialmente se sentiam inseguros em relação a sua própria capacidade e seus saberes, tornando-se ativos na produção de conhecimento. Eles tornaram-se extremamente propositivos e passaram a condutores do processo. Uma primeira fase que acho importante salientar foi justamente marcada pela desnaturalização de certas condições de opressão que faziam parte de suas vidas e de seus cotidianos. Era muito comum começarmos falando sobre ditadura e direitos humanos, de uma maneira mais generalista, e terminarmos falando sobre suas experiências de violência dentro da comunidade, no centro da cidade, e, com maior frequência, na escola. Aí uma hipótese se confirmava: a da ponte entre a violência de Estado no presente e no passado e o cotidiano violento dos jovens na periferia. Eles estabeleciam as pontes muito mais rapidamente do que o imaginado e uma percepção sobre a desigualdade das memórias foi se delineando e sendo verbalizada. Questões surgiam: “A impunidade da ditadura é que dá origem a imunidade parlamentar?”, “Por que não estudamos a ditadura desse jeito na escola?”, “Por que não tem negros nos filmes sobre a ditadura?”. Isso gerava entre eles indignação e revolta, acompanhadas de um desejo de ir para o campo da

ação.

O grupo criou laços muito fortes e, por conta disso, também teve que se haver com os conflitos, com as mediações do dia a dia. Isso se transformou também em tema para formação; entendemos que na própria mediação dos conflitos, na maneira de resolvê-los e abordá-los podíamos falar sobre violência, sobre justiça e sobre direitos humanos. O que, em uma primeira mirada, podia parecer um desvio do caminho, transformava-se em um material muito frutífero para discutir os temas do projeto. Acredito que Heliópolis tenha sido uma escolha acertada para uma primeira experiência com esse projeto, pois ali a articulação e luta da comunidade resultaram em diversas transformações em termos de garantia de direitos. Ali é possível traçar um caminho claro de avanço, e uma inspiração grande para luta e articulação no presente. Uma das descobertas do projeto também tem sido que, para muitos dos moradores antigos da comunidade, a transição entre ditadura e democracia não foi tão claramente sentida. Há uma sensação de continuidade, por conta, principalmente do cotidiano de violações que seguia acontecendo após 1985. Ainda no final da década de noventa, Heliópolis era um dos territórios mais violentos da cidade, ainda se lutava por moradia, educação e por condições básicas de vida. Isso foi percebido e comunicado pelos jovens. É possível dizer que há uma linha de continuidade da violência de Estado muito maior nos territórios periféricos.

Conforme nos foi dito pelo grupo nas reuniões de avaliação do projeto em maio, as atividades mais impactantes foram as entrevistas. Eles descreviam um deslocamento da ideia de História para algo mais palpável e próximo. Não era mais de Grécia que se falava, de algo distante e estranho, eram de histórias de pessoas que eles viam, conviviam, entrevistavam. Eles se sentiam produzindo história também. Se sentiam fazendo parte da história e com isso repensando a importância de suas próprias lutas e mobilizações. Tais observações vão ao encontro com a teoria levantada de que a superação da reificação surge a partir de um reconhecimento recíproco, através da narrativa compartilhada (memória coletiva), o que tem potência para trazer as pessoas para a participação e engajamento. Todos os envolvidos no projeto saíram transformados, repensando suas próprias práticas e suas possibilidades de ação no mundo. No encontro com a realidade, as expectativas sempre são afetadas, mas isso significa uma abertura para o tempo e para o outro. O processo educativo se realiza apenas no encontro e esse sempre carrega consigo algo do inesperado. Por isso considero que as mudanças no caminho e as reformulações fazem parte de um projeto como esse, que tem como centro a formação humana e que se deparará com as vicissitudes do percurso.

A experiência certamente tem condições de ser replicada tanto no próprio território,

como em diferentes comunidades de outras cidades, estados e até em diferentes países da América Latina. Galeano nos faz ver nossas origens comuns, e também nos alerta para o perigo do esquecimento. Devemos movimentar a memória e trazer a juventude para essa construção coletiva. Juventude da qual me sinto parte, tanto pela idade, quanto pela motivação e comprometimento na luta por transformações sociais. No momento em que nos encontramos, de ameaças reais aos direitos sociais, é essencial o desenvolvimento de projetos que estimulem o protagonismo juvenil e a tomada de consciência sobre os mecanismos que produzem e reproduzem opressão e desigualdade. Só assim trataremos das feridas ainda abertas da América-Latina, registrando a memória de nossos verdadeiros guerreiros do dia a dia - grande parte deles jovens que tem suas vidas roubadas em nome do que alguns poucos consideram justiça.

Referências

- ADORNO, 2000 Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. 2 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Paz e Terra
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221
- BOSI, E., 2004 *O tempo vivo da memória*. 2ª edição, São Paulo, Ateliê Editorial.
- BRUCK, MOZAHIR S. *Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano- Entrevista: Eclea Bosí D Dispositiva- Revista da Pós-graduação da Puc-Minas- n.2, 2012*
- GAGNEBIN, 2006 Jeanne Marie G6681 *Lembrar escrever esquecer*, São Paulo: Ed. 34.
- GALEANO, 1976 Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra
- GONÇALVES FILHO, J.M. *Humilhação social: um problema político em Psicologia*. Psicologia USP, São Paulo, v. 9, n. 2, pp. 11-67, 1998.
- HONNETH, Axel., 2007 *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz
- _____, 2009 *Luta por Reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34,
- LANE, Sílvia T.M. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 9ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17-34. 3
- SINHORETTO, J. ; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. “*Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante*”- Pesquisa do grupo GEVAC-UFSCAR, 2014.